

Inquérito Civil nº 06.2019.00002896-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, Curadoria do Meio Ambiente, representada pela Promotora de Justiça **Andrea Gevaerd**, ora **Celebrante**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fulcro no art. 127, *caput* e no art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; no art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e o **Posto Irmão da Estrada Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 82.931.551/0002-14, neste ato representada por sua sócia proprietária **Nanci Campos de Sá**, brasileira, viúva, empresária, inscrita no CPF nº 860.423.519-15 e RG nº 183.081/SC, bem como **Catarinão Transporte e Turismo Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 78.529.864/0001-92, representada pelo proprietário **Nilson Liston**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 573.809.299-68 e do RG nº 2.540.757, denominadas as empresas **Compromissárias**, participando do ato a **Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM**, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF nº 17.470.060/0001-70, com sede na Rua Coronel Benjamin Vieira, 456, Centro, Camboriú/SC, neste ato representada por **Liara Rotta Padilha Schetinger**, Presidente da Fundação, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00002896-2, tem entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, em razão do art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85, promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para defesa dos interesses metaindividuais, mormente a proteção do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o art. 225, da Constituição Federal assegura que *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o*

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os bens ambientais não se reduzem à vida humana, mas a outras formas orgânicas a serem respeitadas por imposição normativa constitucional;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento das condutas às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, a teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, com fulcro nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 9.605/98;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista no art. 5º, inciso XXIII, no art. 170, inciso VI, no art. 182, § 2º, no art. 186, inciso II e no art. 225, da Constituição Federal, e os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador;

CONSIDERANDO que as Áreas de Preservação Permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça recebeu, inicialmente, uma denúncia anônima acerca da empresa Catarinão Transporte e Turismo Ltda., que estaria realizando aterramento das margens do Rio Camboriú, bem como estaria despejando os resíduos da lavagem dos veículos diretamente no rio, causando poluição. Posteriormente, sobreveio a informação da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM de que a mencionada empresa, bem como o Posto Irmão da Estrada, que funcionam anexos, possuem irregularidades ambientais no tocante à desobediência à área de preservação permanente de curso d'água, sendo que o empreendimento foi instalado parcialmente em tal área, a teor da

Lei Federal nº 12.651/2012 e os proprietários querem regularizar tal situação;

CONSIDERANDO que, conforme a situação do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) do empreendimento Posto Irmão da Estrada Ltda., a empresa encontra-se ativa no endereço em questão desde 02/03/1989;

CONSIDERANDO que o Habite-se da atividade foi emitido em 07/03/1991 pelo Município de Camboriú;

CONSIDERANDO que o empreendimento obteve a Licença Ambiental de Operação Corretiva (LAO nº 171/05 - CER/VI), expedida pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA - atual IMA) em 18/04/2005, com validade de 24 meses;

CONSIDERANDO que o processo foi transferido para a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM) e o empreendedor protocolou em tal fundação a renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO) em 26/04/2017;

CONSIDERANDO que a atividade do empreendimento Catarinão Transporte e Turismo Ltda. está instalada em área pertencente ao Posto Irmão da Estrada Ltda., sendo composta pelas Matrículas números 1231 e 265, que totalizam 4.214,00 m²;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em caráter irrevogável, com a finalidade de as empresas efetivarem as medidas ecológicas e compensatórias para a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente por meio do Projeto de Recuperação de Área Degradada e Projeto de Compensação Ambiental, bem como adoção de controles ambientais da atividade, nos seguintes termos:

I - DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem como objeto a adequação das Compromissárias às normas ambientais vigentes, não obstante a situação existente há vários anos no local, visando a possibilidade de compensação

ambiental em razão da recuperação parcial da Área de Preservação Permanente degradada.

II - DAS OBRIGAÇÕES DAS COMPROMISSÁRIAS

Cláusula Segunda: As Compromissárias executarão as atividades abaixo discriminadas, com a finalidade de realizar a reparação das áreas degradadas, destinadas a preservação do meio ambiente, adoção de controles ambientais, bem como a compensação ambiental por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) de acordo com o que aduz o art. 7º em diante do Código Florestal Brasileiro - Lei nº 12.651/2012;

A compensação refere-se à intervenção em Área de Preservação Permanente de curso d'água natural **a partir da faixa de 15 metros** da borda da calha do leito regular situada dentro dos imóveis das matrículas números 1231 e 265, correspondente a 2.273,52 m² e a intervenção em Área de Preservação Permanente de curso d'água natural **dentro da faixa de 15 metros** da borda da calha do leito regular (área do dormitório e piso de lavação da empresa Catarinão Transporte e Turismo Ltda. - 136,95 m² e pequena caixa do Sistema Separador de Água e Óleo do empreendimento - 1,40 m²) correspondente a 137,90 m².

Parágrafo Primeiro: Em até 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentado Plano de Recuperação de Área Degradada, com manutenção periódica mínima de 3 (três) anos, elaborado por profissional habilitado e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de uma faixa de no mínimo 15 (quinze) metros dos cursos d'água existentes nos imóveis das matrículas 1231 e 265, que totalizam a área de 799,59 m², conforme levantamento apresentado no processo de licenciamento ambiental (ART nº 6690983-1);

Parágrafo Segundo: Em até 60 (sessenta) dias, será realizado o cercamento e a identificação do local como Área de Preservação Permanente;

Parágrafo Terceiro: Em até 90 (noventa) dias, deverá ser realizada a demolição das construções situadas em distanciamento inferior a 15 (quinze) metros dos cursos d'água, excetuando-se o que trata o parágrafo sexto da Cláusula Segunda, abaixo;

Parágrafo Quarto: Em até 90 (noventa) dias, deverá ser iniciada a execução do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), aprovado pela FUCAM;

Parágrafo Quinto: Em até 45 (quarenta e cinco) dias, deverá haver a compensação pelo uso da Área de Preservação Permanente dos cursos d'água de 30 e 50 metros, cujo valor foi fixado em 0,5% do custo total para implantação do empreendimento, com base na Portaria IMA nº 156/2018 - máximo 0,5%. Para o cálculo do custo do empreendimento, utilizou-se o valor do CUB (Custo Unitário Básico), comercial médio desonerado, referente ao mês de fevereiro deste ano, multiplicado pela área total edificada (1.559,30 m² do posto, acrescido de 635,11 m², da Empresa Catarinão). O montante calculado foi de R\$ 20.378,71 (vinte mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos);

Parágrafo Sexto: Permite-se a manutenção da edificação localizada nas coordenadas UTM (SIRGAS 2000) 733256.41 m E e 7009723.51 m S, com área aproximada de 129,25 m², além de piso de lavação, com área de 7,7 m² (coordenadas UTM SIRGAS 2000: 733243.00 m E; 7009733.41 m S), pertencentes ao empreendimento Catarinão Transporte e Turismo Ltda. e do sistema separador de água e óleo (SSAO) da lavação do Posto Irmão da Estrada Ltda., com área de 1,40 m², que se encontra dentro da faixa de 15 (quinze) metros dos cursos d'água (coordenadas UTM SIRGAS 2000: 733138.25 m E; 7009766.74 m S). Porém, o empreendedor não poderá realizar a ampliação de referidas áreas.

III - DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Cláusula Terceira: O recurso oriundo da compensação ambiental deve ser destinado para a aquisição dos seguintes equipamentos destinados ao uso da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM), conforme segue:

a) 4 (quatro) computadores completos, com as seguintes especificações: processador 3.0Ghz 6mb LGA 1151; placa mãe com suporte para 7ª geração e com *socket* 1151 e *chipset* 110M; Memória 8Gb DDR4; HD 1TB 7200 RPM; Placa de Vídeo 128 *bits* GDDR5 4GB; Monitor LED 19,5" Full HD/VGA/Bivolt + Monitor 18,5" LCD LED; *Mouse* sem fio RC/NANO 1000 DPI; Teclado sem fio de 2,4 Ghz com receptor *unifying*; Gabinete preto com três baias; Fonte 350w, com valor estimado de R\$ 2.330,00 cada, totalizando a

quantia de R\$ 9.320,00 (nove mil, trezentos e vinte reais);

b) 2 (dois) GPS, com as seguintes especificações: *display* de 2.2 polegadas; memória interna de 3.7 GB; resistente à água; mapa base mundial pré-carregado; habilitado para WAAS, com suporte para GLONASS e previsão de satélites *Hotfix*; entrada de cartão microSD; suporte de arquivos GPX; com bússola eletrônica interna de três eixos com compensação de inclinação; altímetro barométrico, com valor estimado de R\$ 2.059,00 cada, totalizando R\$ 4.118,00 (quatro mil, cento e dezoito reais);

c) 1 (uma) câmera fotográfica digital, com as seguintes especificações: 20.1MP, 5x *Zoom* Óptico, foto panorâmica, vídeos HD, com valor estimado de R\$ 648,00;

d) 1 (um) *notebook* com as seguintes especificações: 8ª geração do processador *Intel Core i7*; DDR4 de 16 GB a 2400 MHz; disco rígido de 1 TB; Placa de vídeo NVIDIA GeForce MX150 de 4 GB, GDDR5; Tela Full HD 15", com valor estimado de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais);

e) prestação de serviços de transporte coletivo para uso nas atividades de educação ambiental do Município de Camboriú, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único: A Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM deverá prestar contas da aquisição dos referidos equipamentos, mediante a apresentação das notas fiscais dos produtos, a serem entregues nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 120 (cento e vinte dias) após a aquisição. Quanto aos serviços de transporte coletivo, deverá haver a prestação de contas à medida que forem realizados.

IV - DOS CONTROLES AMBIENTAIS

Cláusula Quarta: O empreendimento Catarinão Transportes e Turismo Ltda. deve realizar e comprovar à FUCAM os seguintes controles ambientais:

Parágrafo Primeiro: Apresentar, anualmente, junto ao pedido de Declaração de Atividade Não Constante (DANC), o laudo analítico do efluente (entrada e saída) do sistema de tratamento de efluentes sanitários (tanque séptico e filtro anaeróbio), executado por um laboratório devidamente cadastrado no órgão ambiental, acompanhado da ART ou AFT do responsável técnico, contendo os seguintes parâmetros: PH, DBO, DQO,

materiais sedimentáveis, óleos vegetais e gorduras animais, coliformes fecais, fósforo total, nitrogênio amoniacal e substâncias tensoativas;

Parágrafo Segundo: Apresentar, anualmente, os contratos de prestação de serviços firmados com os responsáveis pela coleta, transporte e destino final do lodo removido da ETE, conforme periodicidade de remoção prevista no manual de operação e do sistema de tratamento de efluentes sanitários (tanque séptico e filtro anaeróbio), bem como licenças ambientais e certificados de destino final (CDF);

Parágrafo Terceiro: Em até 30 (trinta) dias, deverá apresentar o alvará de funcionamento e localização;

Parágrafo Quarto: Em até 30 (trinta) dias, deverá apresentar o alvará sanitário do empreendimento;

Parágrafo Quinto: Em até 60 (sessenta) dias, deverá apresentar o manual de operação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE).

V - DO CUMPRIMENTO

Cláusula Quinta: Independentemente da atividade de monitoramento e fiscalização a ser exercida pelo Celebrante, obriga-se o Compromissário acima mencionado a apresentar relatórios instruídos com ilustração fotográfica e demais elementos adequados para comprovar que as obrigações assumidas foram cumpridas.

VI - DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO

Cláusula Sexta: O prazo para cumprimento das obrigações assumidas nas cláusulas acima citadas iniciam na data da assinatura deste termo, podendo, a critério do Celebrante, ser prorrogado, desde que requerido e devidamente justificado pelas Compromissárias por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo final.

VII - DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Sétima: O descumprimento injustificado, integral ou parcial, ou a violação das obrigações especificadas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), enquanto as Compromissárias estiverem em desacordo com as obrigações assumidas, sem prejuízo da obrigação de recuperar o dano ambiental causado, exigíveis dela enquanto perdurarem as violações, sendo que o descumprimento implicará no imediato vencimento das demais parcelas, permitindo a execução e protesto de todo o valor da multa;

Parágrafo único: A multa, se houver o descumprimento do acordo, será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, disciplinado pelo Decreto nº 1.047/87, valor a ser pago em espécie, mediante Guia de Depósito identificada, na conta corrente nº 63.000-4, do Banco do Brasil, agência nº 3582-3 - CNPJ nº 76.276.849/0001-54.

VIII - DA EXECUÇÃO

Cláusula Oitava: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, do art. 784, incisos II e IX, do Código de Processo Civil e do art. 146, § 4º, inciso II, do Decreto Federal nº 6.514/08 e, caso haja a comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas deste acordo, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título nos moldes acima previstos.

IX - DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula Nona: As Compromissárias executarão as atividades constantes na cláusula primeira sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser exercido pela FUCAM como decorrência do cumprimento da legislação ambiental em vigor;

Parágrafo Único: A celebração deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas e

judiciais frente a futuro descumprimento das normas ambientais vigentes.

X - DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO

Cláusula Décima: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

XI - DO FORO

Cláusula Décima Primeira: Fica eleito o Foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusividade, para dirimir possíveis divergências entre as partes.

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Segunda: O ajuste terá vigência a partir da assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

Camboriú, 13 de junho de 2019.

Andrea Gevaerd
Promotora de Justiça

Nanci Campos de Sá
Compromissária

Nilson Liston
Compromissário

Liara Rotta Padilha Schetinger
Presidente da FUCAM

Testemunhas:

Maria Anita Decker
CPF nº 060.865.059-50

Suelen de Souza
CPF nº 066.413.609-54